



FÓRUM REALIZA UMA SÉRIE DE REUNIÕES EM BRASÍLIA E ALERTA PARA RISCOS ÀS CARREIRAS E ÀS ENTIDADES DE PESQUISA DE C&T

O Fórum de Entidades Sindicais Representativas das Servidoras e Servidores das Carreiras de C&T/ Fórum de C&T – espaço de articulação de sindicatos e associações de servidores de nossas carreiras, no qual a ASCON-Rio tem efetiva participação – esteve em Brasília entre os dias 26 e 28 de agosto de 2025, realizando uma série de reuniões, a principal delas sendo a reunião da Mesa Setorial de Negociação Permanente do MCTI. Passamos ao relato sobre os principais temas e encaminhamentos tratados nesses dias.

REUNIÃO ENTRE O FÓRUM DE C&T E A CONDSEF

Na manhã do dia 27 de agosto, as entidades participantes do Fórum reuniram-se com o Secretário-Geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal/CONDSEF, Sérgio Ronaldo da Silva. A CONDSEF congrega entidades sindicais do serviço público federal em todo país e tem assento na Mesa Geral de Negociação Permanente do governo com os trabalhadores, bem como possui acesso direto às esferas superiores do MGI para tratar de questões que afetam todas as servidoras e servidores da União. Nessa reunião foram tratados prioritariamente os seguintes temas:

Servidores demitidos e posteriormente anistiados

Sabedores de que o governo criou um Grupo de Trabalho/GT, coordenado por equipe do MGI, para tratar do tema - e onde a CONDSEF tem assento - os representantes do Fórum solicitaram a Sergio Ronaldo a inclusão do caso dos anistiados do MCTI e de suas Unidades de Pesquisa nessa análise. O Fórum, inclusive, entregou à CONDSEF um parecer técnico em defesa da integração dos anistiados em nosso plano de carreiras, situação já sanada no passado para alguns casos pontuais. O que se requer, em síntese, é o tratamento isonômico a todos os servidores nessa situação.

Os chamados anistiados do MCTI foram demitidos ilegalmente no governo Collor e readmitidos, tempos depois, por decisão judicial. A maioria deles, entretanto, por interpretação absurda da decisão judicial de reintegração, não foram inseridos nas carreiras do Plano de C&T (criadas durante sua demissão), vivendo uma situação de limbo funcional. Sergio Ronaldo se comprometeu a encaminhar a questão, com o parecer do Fórum, junto aos representantes do GT, com o objetivo de sanar essa histórica injustiça.

Reforma administrativa e riscos futuros para o serviço público

Sergio Ronaldo informou que a Grupo de Trabalho da Câmara divulgará no começo de setembro seu exame sobre a proposta de reforma administrativa, que conta inclusive com certa anuência por parte do governo. O Fórum alertou para a necessidade da construção de uma mobilização nacional não só para discutir esse tema, como também sobre o processo eleitoral do ano que vem, em virtude do cenário de fortalecimento da extrema-direita e seu reconhecido posicionamento de ataques ao serviço público e a suas trabalhadoras e trabalhadores.

A ASCON-Rio e o Fórum de C&T divulgarão atividades de esclarecimento sobre a reforma administrativa, bem como assumem o compromisso de se juntar à luta do movimento geral dos trabalhadores contra a reforma, fortalecendo a mobilização de atos contra mais esse ataque ao serviço público.

REUNIÃO DA MESA SETORIAL DO MCTI

Na tarde do mesmo dia 27, os representantes do Fórum de C&T, juntamente com a ASCT (associação que representa servidores do MCTI), participou da Mesa Setorial de Negociação Permanente com os representantes daquele Ministério (Sérgio Cruz, Secretário-Executivo Adjunto; Daniela Figueroa, Coordenadora-Geral do Gabinete da Ministra; Andréa de Castro Ribeiro, Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas; e César Augusto Rodrigues, Subsecretário-substituto das Unidades Vinculadas). Na Mesa foram tratados os seguintes temas:

Situação orçamentária do MCTI, suas Unidades de Pesquisa e Entidades Vinculadas

Questionados sobre como estavam as negociações para o descontingenciamento dos recursos orçamentários do MCTI, de suas UPs e Entidades Vinculadas (AEB e CNEN), os representantes do governo reiteraram a gravidade da situação, já que até aquele momento não havia qualquer sinal de afrouxamento do enorme garroteamento orçamentário aplicado à área. Esse garroteamento teve, inclusive, uma piora, com a decisão da área econômica do governo em promover um **corte definitivo de 281 milhões de reais**, corte esse momentaneamente transformado em “sobrestamento”.

Os representantes do Fórum alertaram, com exemplos de suas instituições, para os riscos da não resolução desses problemas. Reafirmaram, ainda, que o governo tem responsabilidade direta por essa situação caótica, já que adotou, de moto próprio, uma política fiscal restritiva e um teto de gastos que, a médio e longo prazo, caso não revisto, levará à destruição de muitos órgãos públicos – o que se confirma pela reduzida proposta orçamentária 2026 para o MCTI, já encaminhada ao Congresso pela equipe econômica para primeiras discussões.

O Fórum reforçou ainda que a maioria das UPs, caso tal situação persista, serão obrigadas, já em setembro, a fechar suas portas alguns dias, suspender as atividades de laboratórios e mesmo reduzir quadros de pessoal terceirizado. Os representantes do governo disseram estar cientes da situação e que, administrativamente, buscam diariamente saídas para a crise.

Por fim, os representantes do Fórum reiteraram sua discordância com os impedimentos ao uso de recursos do FNDCT para o custeio das instituições de C&T. Afinal, como informado pelo próprio Ministério, trata-se de, aproximadamente, **8 bilhões de reais** sob a rubrica “recursos não reembolsáveis” para este ano. Esse montante, destinado à pesquisa, por uma interpretação absurdamente restritiva (“pesquisa não é custeio”, como se houvesse pesquisa sem estrutura institucional que a promova), não pode ser usado por essa interpretação restritiva para sanar a situação caótica das instituições do MCTI – cujas demandas, para este ano, seriam atendidas, ao que nos consta, com menos de 200 milhões de reais, ou aproximadamente 2,5% do montante dessa parcela de recursos do Fundo.

Os representantes do Fórum deliberaram por denunciar a grave situação que o MCTI, UPs e Vinculadas estão enfrentando, junto a instâncias do governo e a sociedade em geral, reforçando seu entendimento sobre a necessidade do uso de recursos do FNDCT para estabilizar a situação desses órgãos.

Programa de Capacitação Institucional – PCI

A bancada governamental afirmou que os recursos para o PCI deste ano estão garantidos. Questionados sobre o ano que vem – afinal há um GT em funcionamento para definir o Programa – disseram que o mesmo será reformulado, com a distribuição de recursos por edital, aberto não só às UPs, mas a todas as estruturas vinculadas ao MCTI que façam pesquisa (caso das OSs e ICTs).

O Fórum de C&T reiterou seu entendimento dos riscos de um edital amplo, com concorrência fratricida entre as Instituições envolvidas, manifestando ainda o risco da escassez de recursos com a ampliação do programa para mais instituições além das UPs e Vinculadas.

Diante do exposto, solicitou-se ao MCTI uma reunião da representação dos servidores com o GT, a fim de expor a visão de trabalhadoras e trabalhadores sobre o tema, reunião prontamente negada pela bancada governamental, que se comprometeu apenas com a divulgação para o Fórum do relatório final dos trabalhos do GT. O Fórum sinalizou que esse encaminhamento, obviamente, não é nenhuma concessão ao movimento sindical, apenas cumprimento de obrigação governamental com a transparência, sem qualquer garantia efetiva de debate público sobre o Programa – o que sinaliza uma crise futura.

Face a tudo isso, as entidades sindicais do Fórum realizarão gestão junto aos diretores de UPs, tentando garantir a continuidade dos projetos das Unidades do quantitativo de bolsas ora a elas destinado. Será produzido, ainda, um texto do movimento sindical alertando ao GT sobre os riscos que as mudanças ventiladas representam para o programa.

Solicitação de adicional de 25% de vagas para preenchimento a partir dos últimos concursos

Os representantes do Ministério informaram que já foi feita solicitação, junto ao MGI, para o uso de 25% das vagas dos últimos concursos (cadastro de reserva) – aqueles realizados pelas UPs e para os cargos do CPNU destinados aos MCTI. Alertaram para a necessidade das Unidades que realizaram concursos façam a prorrogação dos mesmos, nos termos do edital, a fim de que, quando autorizado tal preenchimento, o mesmo esteja juridicamente coberto.

A bancada governamental informou ainda já ter solicitado pedido para concursos para novas vagas, particularmente de assistentes e técnicos, bem como para cargos de nível superior não considerados pelos concursos em vigor, bem como para aqueles que, nesses concursos, não foram preenchidos por falta de quadros aprovados.

A Coordenadora Geral de Gestão de Pessoas, por fim, falou da dificuldade de preenchimento das vagas oferecidas pelo CPNU, que em primeira chamada já contavam com aproximadamente 100 desistências. Os representantes do Fórum lembraram sua crítica histórica ao modelo adotado pelo Concurso Nacional Unificado, bem como o procedimento para preenchimento de vagas utilizado pelo MCTI, lembrando que estava claro para a representação dos servidores, desde o começo, que as escolhas feitas pelo governo dificultariam o preenchimento dessas vagas.

Foi cobrado, por fim, um posicionamento da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do MCTI sobre parecer do técnico do Fórum em defesa de um mecanismo autorizativo de reposição automática de vagas, via concurso, nos moldes do atualmente existente nas Universidades Federais. A Coordenadora-Geral ficou de dar andamento a esse pleito, encaminhando uma resposta ao Fórum sobre esse encaminhamento.

Atrasos nos Comitês de Busca para diretores

Mais uma vez, os representantes dos servidores cobraram a resolução da absurda indefinição dos Comitês de Busca para a direção do Laboratório Nacional de Computação Científica/LNCC e do Centro de Tecnologia Mineral/CETEM – este com atraso de mais de 600 dias, segundo o próprio Ministério. Foi informado que os dois casos se encontram na “mesa da Ministra” o que levou os representantes do Fórum a cobrar ações efetivas da bancada governamental para resolver esse problema.



O Fórum cobrou ainda a continuidade do andamento dos trabalhos do Comitê de Busca do INPE, que se encontra paralisado há mais de um mês em virtude da necessidade de substituição de um de seus membros, que abriu mão da indicação. Os representantes do Ministério informaram que essa substituição já foi decidida, e que em breve os trabalhos serão retomados. Informaram ainda que estavam em fase de formalização os Comitês de Busca do Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal-INPP e do Laboratório Nacional de Astrofísica. LNA

Conselho do Plano de Carreiras/CPC e demais conselhos

A bancada governamental informou que solicitou ao MGI a reativação do Conselho do Plano de Carreiras – CPC, instância que discute questões atinentes às carreiras de C&T e que tem participação paritária entre membros do governo e do movimento sindical. O Fórum manifestou sua concordância com a reativação dessa importante instância.

Os interlocutores do Fórum, além disso, solicitaram o apoio do MCTI a seu pleito por um assento para representantes de nosso coletivo de entidades no Conselho Nacional de C&T e no Comitê Gestor do FNDCT, esse último ainda que sem direito a voto.

Anistiados

A bancada sindical informou da inserção da questão dos anistiados da C&T no GT criado para tratar do tema entre movimento sindical e MGI (ver a parte do informe sobre a reunião com a CONDSEF), pedindo apoio do MCTI em defesa desse justo pleito junto àquele Ministério.

Introdução dos servidores dos hospitais federais no Plano de Carreiras de C&T

Os representantes do movimento sindical alertaram à bancada governamental que tal ação, articulada em parte pela bancada do PC do B através de emenda ao PL 3102/2022, tem um duplo problema: um de viés populista, pois cria nos trabalhadores daqueles hospitais uma falsa esperança de melhoria salarial imediata; outra, de enfraquecimento da lógica de organização de nossas carreiras, que têm como foco trabalhadoras e trabalhadores de instituições que desenvolvem ações de P&D.

Por que o movimento sindical chama essa ação de “populista”? Porque vende a falsa esperança de ganhos salariais para companheiras e companheiros que têm salários muito menores que os de nossas carreiras. Esses ganhos seriam garantidos, por quem defende essa ação, pela transposição imediata desse contingente de servidores para o nosso Plano. Tal transposição, entretanto, é **impossível juridicamente**, tendo em vista o disposto pela **Súmula Vinculante 43 de 2015 do STF**, que diz que *“É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público, destinado a seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido”* (grifo nosso).

Lamentamos que autoridades incentivem essa falsa esperança em colegas que legitimamente lutam por melhores salários, lamentando ainda que, nesse arranjo populista, acabem por apoiar a promoção do desmanche técnico das carreiras de C&T.

Face ao exposto, a bancada sindical solicitou um posicionamento firme da Ministra Luciana Santos, junto ao MGI e demais instâncias governamentais, que tratam desse tema.

Carta dos servidores do LNCC em defesa da participação daquela UP na discussão do PBIA

O Fórum entregou ao Secretário-Executivo adjunto e ao Subsecretário-substituto das Unidades Vinculadas carta aberta dos trabalhadores do LNCC com reflexões sobre o uso do supercomputador Santos Dumont daquele Laboratório



no Plano Brasileiro de Inteligência Artificial. Ali estão refletidas as preocupações de servidoras e servidores com o esvaziamento do papel daquela UP, localizada na cidade de Petrópolis, nessa estratégica discussão, com ameaça da mesma ter sua participação esvaziada – o que vai em sentido contrário à histórica defesa do governo de interiorização das instituições científicas do país.

Os representantes do Fórum reafirmaram sua defesa da manutenção do papel estratégico do LNCC, a ser materializada pela modernização do Santos Dumont, conforme previsto no PBIA.

REUNIÕES COM PARLAMENTARES E COM A SECRETARIA NACIONAL DE DIÁLOGOS SOCIAIS

Nos dias 26 e 28 de agosto o Fórum teve reuniões na Câmara dos Deputados e no Palácio do Planalto, com o chefe de gabinete da Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas, Marcelo Fragozo, a fim de construir canais de debate sobre a crise de C&T junto ao parlamento e à Presidência da República.